Versão Online ISBN 978-85-8015-054-4
Cadernos PDE

VOLUME I

O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE

2009

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Educação

INICIAÇÃO À EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: conceitos, teorias e práticas

Valéria Garcia Fernandes Leite[1]

Sandra R. C. Pelegrini[2]

RESUMO

A defesa e preservação do patrimônio cultural é uma tarefa importante para todos os setores da sociedade. Iniciá-las pela educação escolar é acreditar que uma ação educativa eficaz e comprometida desenvolve um processo de conscientização em relação ao conhecimento, valorização, preservação e conservação do patrimônio, tanto os que são familiares pela proximidade, quanto os que estão distante geograficamente. Assim sendo, objetivou-se propor uma iniciação à Educação Patrimonial como instrumento de "alfabetização cultural" que permitiu ao educando fazer a leitura do mundo que o rodeia, a partir do patrimônio cultural, reconhecendo-se como cidadão ativo, pertencente a um grupo social que lhe é peculiar. Para tal, foi proposto reflexões sobre os conceitos de patrimônio cultural – material e imaterial, no intuito de favorecer e ampliar a compreensão sobre o tema. Fez-se uso de recursos audiovisuais relativos ao patrimônio cultural brasileiro e paranaense, tombados e registrados pelo IPHAN. Análises de fotografias históricas do acervo público da Casa de Cultura de Rondon e visitas aos Museus Bacia do Paraná (MBP) e ao Museu Dinâmico Interdisciplinar (MUDI) ambos localizados na Universidade Estadual de Maringá (UEM), a fim de promover o reconhecimento do resguardo desses espaços sociais como locais de estudos, o que resultou em conscientização dos educandos para com a preservação do patrimônio, assim como, o despertar da valorização de uma identidade, proporcionando a relação de pertença com a memória e a cultura local, regional e nacional.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Memória; Museu; Preservação.

ABSTRACT

---

[1] Professora de História da Rede Estadual de Ensino do Paraná. Turma PDE 2009.

[2] Professora Doutora do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM) Paraná - Brasil

The protection and preservation of the cultural heritage is an important task for everybody in society. Starting them at school means to believe that efficient and commited education creates conciousness regarding the process of knowing, protecting and preserving the cultural heritage either for the ones who are around or for the others geographically far. Thus, our objective was to introduce “cultural literacy” wich made the student able to better understand the world around them looking up to the cultural heritage, recognizing themselves as active citizens who belong to a social group. For that, we proposed reflections on the concepts of cultural heritage material and immaterial in order to favor and enlarge the comprehension about the subject. We used audio visual resources related to the cultural heritage of Brazil and Paraná State, which were toppled and registerid at IPHAN; releases and historical photographs of the public collection of “culture house”. Of Rondon and visits to Museum of Paraná Basin (MBP) and to “Interdisciplinar Museum” (MUDI) both at “State university of Maringá (UEM),so to promote the the recagnition and guard of these sites as sites of study. It resulted in conscientization of the students to preserve the heritage, and also the awakening of an identity, providing it with the memory of local, regional and National culture.

Key – Words: Heritage Education, Memory, Museum, Preservation.

1 Introdução

Todos nós temos uma história de vida e elas, assim como as das comunidades, povoados, bairros, cidade ou Estado podem ser contada de várias formas. Uma delas pode ser realizada pelo estudo do patrimônio cultural material (tangível), imaterial (intangível).

Partindo dessa premissa o presente artigo tem a finalidade de refletir e discutir sobre a necessidade de se conhecer, valorizar, preservar e conservar o nosso patrimônio cultural, seja aquele que está próximo ou distante de nós.

Atualmente a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional - Lei n° 9394/96 – enfatiza, no seu artigo 26, que a parte diversificada dos currículos do ensino fundamental e médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura, abrindo assim espaço para novas propostas de ensino.

Para tal, a opção em eleger essa temática no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) da Secretaria Estadual de Educação reside no fato, em considerar sua viabilidade, partindo da elucidação das relações entre o patrimônio cultural, as memórias e as identidades, considerando-os “legado vivo”, transmitidos de gerações a gerações.

Como bem lembra PELEGRINI, “todos esses bens culturais apreendidos como ‘expressões da alma dos povos’ conjugam as reminiscências e o sentido de pertencimento dos indivíduos, articulando-os a um ou mais grupos e lhes assegurando vínculos identitários”. (2009, p.14).

Ao discutir educação patrimonial, é imprescindível a abordagem sobre a memória e a história local, conforme afirma Saballa:

> O que se busca é a tomada de consciência das comunidades sobre a relevância da geração, valorização e resguardo de patrimônios culturais locais. Ë a recorrência ao cultivo da sensibilidade da população como forma de instrumentalizá-la dentro de seus universos comuns para identificação, entendimento e préstimo ao patrimônio cultural no seu âmbito de atuação (SABALLA 2007, P. 23).

O ensino nesse campo visa tratar os estudantes como agentes históricos sociais responsáveis em reconhecer e salvaguardar os patrimônios culturais materiais e imateriais, valorizando o direito à memória e ao reconhecimento dos valores culturais, como exercício democrático e permanente da democracia, pois quem não considera e não respeita o patrimônio cultural em toda a sua diversidade corre um grande risco de perder sua identidade, enfraquecendo sua cidadania.

Segundo Horta (2000), a educação patrimonial, trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo.

O tema “Patrimônio Cultural”, atualmente, tem sido pauta de discussões significativas por renomados pesquisadores, assim como, a implementação de

políticas públicas para a preservação patrimonial constitui um avanço para o futuro na história do país, pois preserva sua história e valoriza sua cultura. Contudo, ainda existem muitos problemas quanto ao reconhecimento, tombamento, conservação e preservação patrimonial. Mas, estes não são os únicos empecilhos, podemos destacar os seguintes: Como preservar algo que não se reconhece o valor histórico e social, que muitas vezes é visto simplesmente como algo ou lugar antigo, velho, ultrapassado? Como afirmar aos nossos alunos que patrimônio é uma herança, que deve ser preservado, quando os mesmos não os reconhecem? Em um mundo tão globalizado, como fazer para que o aluno perceba que, além do direito de se preservar a memória e a história, a conservação do patrimônio garante-lhes a preservação dos costumes e características singulares? Como "desconstruir" a visão de alguns educandos, de que os museus não são locais elitizados, responsáveis apenas em guardar artefatos de valores pessoais?

Assim o presente trabalho, propõe discussões que permeiam tais questionamentos com o objetivo de proporcionar ao educando fazer a leitura do mundo que o rodeia, a partir do patrimônio cultural, reconhecendo-se como cidadão ativo, pertencente a um grupo social que lhe é peculiar.

Para tal o ponto de partida é o entendimento sobre os conceitos de patrimônio cultural material e imaterial, no intuito de favorecer e ampliar a compreensão sobre o tema. Conforme Horta, o patrimônio cultural é o conjunto de bens e valores tangíveis e intangíveis, expresso em palavras, objetos, monumentos e sítios, ritos e celebrações, hábitos e atitudes (HORTA,1999, p. 29).

Nessa direção, buscamos elucidar as relações entre o patrimônio cultural, as memórias e as identidades, tendo como objeto de estudo alunos de séries finais do Ensino Fundamental, submetidos a uma pesquisa qualitativa, utilizando como metodologia recursos audiovisuais e lúdicos para facilitar a discussão acerca dos conceitos e teorias sobre o tema. Na prática, consolidamos tal pesquisa propondo visitas de estudo na Casa da Cultura de Rondon, que apesar de modesta, é o único local público do município, que disponibiliza fotografias de seu acervo para análises e estudos. Tais fotografias registram a história do município e de seu povo. Assim

como, ao Museu Dinâmico Interdisciplinar - MUDI[3] e ao Museu Bacia do Paraná - MBP[4], ambos localizados na Universidade Estadual de Maringá – UEM, destacando o reconhecimento dos museus como espaços sociais tanto de visitas populares, como de estudo, no tocante ao resguardo do patrimônio cultural.

Destacamos como principais resultados o reconhecimento e a valorização dos patrimônios culturais brasileiros (tangíveis e intangíveis), vistos como meios de resguardo de nossa cultura; a identificação do valor de uma fotografia como fonte histórica, e a necessidade de análise crítica sobre a mesma, assim como qualquer outra fonte histórica; o entendimento da função pedagógica dos museus, quanto ao resguardo da história através de seus objetos.

2 Discutindo conceitos e teorias

Embora a Educação Patrimonial seja um tema cadente na atualidade, as discussões acerca dos conceitos sobre os bens culturais ainda são incipientes . Ao analisar o histórico da implantação de políticas públicas sobre patrimônio cultural nos remetemos ao século XVIII, período de Revolução Francesa, quando se inicia a preocupação com o Patrimônio Cultural, no sentido de resguardar os monumentos históricos de possíveis ataques de vandalismo.

Assim sendo, CHOAY (2001, p. 95), afirma que a obra de proteção do patrimônio francês iniciada pela Revolução Francesa permanece em geral desconhecida, mas que Rucker conferiu o conjunto dos documentos publicados –

[3] O Museu Dinâmico Interdisciplinar (MUDI) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) promove a integração entre a universidade e a comunidade, por meio de ações científicas, culturais e educativas. Em sua estrutura há vários ambientes: “Anatomia humana e animal normal e patológica”; “Educação para a saúde”; “Química para a vida”; “Reprodução de Orquídeas e Bromélias”; “Experimentoteca e Ludoteca de Física” e “Inclusão digital”. Há também espaços para exposições temporárias de outras instituições ou artistas. http://www.mudi.uem.br/,. Acesso em fevereiro de 2010.

[4] MUSEU DA BACIA DO PARANÁ (MBP), localizado na Universidade Estadual de Maringá (UEM), surgiu em 23/12/73 com o fim de coordenar o desenvolvimento de pesquisas na região da bacia hidrográfica do rio Paraná e servir como centro de aglutinação dos fatos relativos à memória da cidade de Maringá e adjacências. http://www.mbp.uem.br/. Acesso em fevereiro de 2010.

decretos e instruções - entre 1790 e 1795 a fim de conservar e proteger os monumentos históricos.

“A palavra patrimônio é de origem latina, *patrimonium,* que se referia, entre os antigos romanos a tudo o que pertencia ao pai, pater ou pater famílias, no sentido de herança, legado, ou seja, o que é deixado de pai para filhos” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, P. 10).

Também pode ser denominado como o conjunto de bens pertencentes a alguém, ou a alguma instituição pública ou privada.

Na Europa, a partir do século XX, as discussões sobre patrimônio começam a se fortalecer, com ênfase para a preservação e restauração dos patrimônios edificados e arquitetônicos, chamados de “pedra e cal”.

> Foi a partir do século XX, que o patrimônio começa a ganhar ênfase entre as discussões que ocorrem na Europa, inicia-se a preocupação de preservar os monumentos, palacetes, palácios, castelos, casas de campo, obras de arte e uma série de objetos que pertenciam à nobreza européia, que nesse momento histórico começa a desaparecer. Dessa forma, cada país inicia suas políticas de preservação e restauração do patrimônio, procurando valorizar as riquezas culturais presentes em suas obras (OLIVEIRA, 2008, p. 3989).

A vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, esteve marcada por inovações culturais, como a criação do Jardim Botânico e da Biblioteca Nacional. Assim como, se registrou o “patrimônio histórico edificado”, em forma de construção de monumentos, homenageando a Independência do Brasil (Museu Nacional – RJ, Museu Imperial – Petrópolis e Museu do Ipiranga – SP) e a Proclamação da República (Museu da República – Catete – RJ). Contudo, podemos afirmar que de fato, a “discussão patrimonial” foi inserida no Brasil nas primeiras décadas do século XX, quando o país passava pelo processo de urbanização no sudeste brasileiro e pela ascensão das elites industriais. Todavia, se deu efetivamente em dois momentos: Estado Novo e Período Militar.

No período Vargas, em especial no Estado Novo as discussões patrimoniais se fortaleceram.

Nesse sentido, em 1937 ocorreu a criação do SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

> De 1937 a 1969, a atuação do SPHAN voltava-se para as políticas de noções de "tradição", desse modo evidenciando o passado no intuito legitimar uma identidade nacional, ou seja, os patrimônios culturais faziam intermédio com heróis nacionais, personagens históricos. A partir de 1969, a instituição passa sucessivamente a Departamento, Instituto, Secretaria. Portanto, recebendo a denominação de Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional – IPHAN, como é conhecido até hoje (TEIXEIRA, 2008).

Nesse momento histórico priorizou-se, o patrimônio edificado e arquitetônico, referentes aos setores dominantes da sociedade, em detrimento de outros bens culturais, que representasse a cultura popular. Como salienta Ricardo Oriá:

> O mais sério é que essa política preservacionista, levada a cabo pelo então Serviço Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), desde sua criação em 1937, deixou um saldo de bens imóveis tombados, referentes aos setores dominantes da sociedade. Preservaram-se as igrejas barrocas, os forte militares, as casas-grandes e os sobrados coloniais. Esqueceram-se, no entanto, as senzalas, os quilombos, as vilas operárias e os cortiços (ORIÀ, 2005, p. 131)

O segundo momento a ser considerado é o chamado Período Militar, iniciado em 1964, quando ocorreu uma intervenção crescente na cultura e na educação do país.

> Há aqui uma aproximação efetiva das noções de patrimônio e turismo, marcado pela participação do Brasil, em 1967, em um encontro no Equador, em que se definiu a importância do patrimônio na valorização do desenvolvimento nacional e, no ano seguinte, com a criação do "Conselho de Defesa do Patrimônio", sendo este entendido como mercadoria, vinculando-se definitivamente com o turismo, em especial após a criação da EMBRATUR, que ganha força como elemento de manipulação simbólica em relação à memória e ao patrimônio. Nos dois casos, predomina uma perspectiva autoritária, tendo como papel legitimar um

> status, visando à manutenção de um determinado grupo no poder" (ZANON, MAGALHÃES E BRANC, 2009, p. 40 – 41).

Oficialmente, os países ocidentais passaram a perceber e considerar criações populares como processos culturais a partir de 1989, por meio da *Recomendação da salvaguarda da cultura tradicional e popular,* aprovada pela Conferência Geral da Unesco.

Conforme afirma Pelegrini:

> Esse documento sintetiza a preocupação com "a identificação, a conservação, a difusão e a proteção da cultura tradicional e popular", efetuada por meio de registros, inventários, investimentos econômicos e educacionais que envolvam a propriedade intelectual dos conhecimentos tradicionais (2009, p. 22).

No Brasil, foi a partir da Constituição da República Federativa implantada em 1988 (em especial, os artigos 215 e 216), que se estabeleceu que o poder público, em colaboração com a comunidade, cabia promover e defender o "patrimônio cultural brasileiro". Tais artigos incorporam a ampliação do conceito de patrimônio cultural.

Também o Decreto - Lei nº 3.551/2000, que define o estatuto da figura jurídica do registro de bens culturais de natureza imaterial, e o Decreto – Lei nº 5.040/2004, que cria o Departamento do Patrimônio Imaterial do IPHAN (DPI), que incorporou o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular em funcionamento desde 1958, ganharam representatividade para a população brasileira como um salto para a preservação patrimonial na história do país.

No Paraná a Lei Estadual nº 1.211**,** sancionada em 16 de setembro de 1.953, dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado.

> Artigo 1º - Constitui o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Estado e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Paraná, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, assim como os monumentos naturais, os sítios e paisagens que importa conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.
>
> § 1º - Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico, artístico e natural do Paraná, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos Livros do Tombo, de que trata o artigo 3º desta Lei. http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=5. Acesso em maio de 2010.

O artigo 216 da Constituição Federal, valoriza o patrimônio cultural do país, definindo-o como conjunto de bens de natureza material e imaterial (tomados individualmente ou em sua totalidade), portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos grupos formadores da sociedade brasileira. Entre tais bens se incluem: formas de expressão; os modos de se criar, se fazer e se viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, os objetos, os documentos, as edificações e os demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; sítios de valor histórico, urbanístico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Tais leis favoreceram o entendimento do termo “patrimônio cultural”, de forma mais abrangente, sendo assim, este passaria a substituir a antiga terminologia “patrimônio histórico e artístico”, utilizada até então.

Como bem lembra Pelegrini:

> Essas noções básicas informam a identificação, documentação, restauração, conservação, preservação, fiscalização e difusão dos bens culturais considerados representativos de diversos segmentos do patrimônio cultural da humanidade (2009, p.28).

Assim, pode-se dizer que o objetivo da educação patrimonial é colaborar para que os sujeitos tomem contato com os patrimônios locais, afirmando sua identidade

cultural com apropriação e valorização de heranças materiais e imateriais. Portanto, os fundamentos das mesmas estão vinculados com a preservação dos bens culturais e resgate de memória, sendo uma ação social na medida em que colabora na construção da identidade e da diversidade regional, bem como da manutenção da ativação das tradições locais (SABALLA, 2007, p. 23)

3 História local, fotografias e memórias

De acordo com Schmidt e Cainelli (2004, p.113), "o trabalho com a história local pode produzir a inserção do aluno na comunidade da qual faz parte, criar suas próprias historicidade e identidade". Partindo de tal princípio, o estudo sobre patrimônio cultural abordará a localidade residencial dos alunos – o pequeno e jovem município de Rondon [5].

Segundo a professora Nanci Edilane Corrêa:

> "Ao procurar trabalhar com história local, preenche-se duas lacunas: a dificuldade que nós professores temos em trabalhar tal temática, devido à falta de material, principalmente da história das pequenas localidades, e também a necessidade do aluno em conhecer a sua história-próxima. O trabalho com história local faz com que ele desenvolva o sentimento de pertença, lança um novo olhar sobre a sua localidade, ao compreendê-la como um lugar de memórias e mesmo de contradições." (2008, p. 06)

[5] Rondon - localizado no noroeste paranaense. Seus primeiros alicerces foram lançados em 1945, é fruto de um pioneirismo desbravador e colonizador, em prol da economia cafeeira, que estava em evidência econômica neste período histórico, nesta região paranaense. Sua denominação constitui homenagem ao emérito Marechal Cândido Rondon. Criado através da Lei Estadual n°253 de 26 de novembro de 1954, e instalado em 03 de dezembro de 1955, foi desmembrado de Peabiru. Atualmente conta com 9.465 habitantes (conforme dados do IBGE/2009),

Desta forma nos remetemos à necessidade de valorizarmos a memória local na construção da identidade e da cidadania cultural. Afinal, não basta apenas conhecermos o patrimônio cultural nacional sem valorizar nossa realidade presente.

Como afirma Ricardo Oriá:

> É a memória dos habitantes que faz com que eles percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas. A memória é, pois, imprescindível na medida em que se esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha. Sem isso, as populações urbanas não têm condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou. Enfim, sem a memória não se pode situar na própria cidade, pois se perde o elo afetivo que propicia a relação habitante-cidade, impossibilitando ao morador de se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeitos da história (2005, p. 139).

Mesmo que o município não tenha nenhum patrimônio cultural tombado, seja material ou imaterial, é importante que o aluno conheça sua história local, como forma de valorizar e preservar seus referenciais históricos, pautados na memória da cidade, caso contrário se sentirá um “estrangeiro” em sua própria casa.

Proporcionar aos alunos análises de fotografias, que registram tais mudanças, é uma forma de estudar a história local. Afinal, da mesma forma que as fontes escritas, as imagens, e nesse caso as fotografias pertencentes à Casa da Cultura de Rondon, devem ser vistas como mais um instrumento da compreensão histórica e como qualquer outra fonte ela deve ser questionada, analisada e confrontada, no intuito de melhor compreender sua historicidade e não meramente utilizá-las como ilustração dos processos históricos, que se desenrolaram da década de 50 aos dias atuais, no município em questão. Afinal, “a fotografia, em suas diferentes formas, pode fornecer informações importantes sobre fatos históricos e, mais amplamente, ajudar a compreensão da evolução de uma sociedade (DEL PRIORE, 2008, p. 93, apud, CORREIA, 2008).

Também é de suma importância que tais fotografias sejam contextualizadas espaço e temporalmente com a história regional, nacional e internacional, para que o

aluno compreenda as mudanças sociais, políticas e econômicas, partindo do cenário local, para o global.

Ao levar os alunos a questionarem essas mudanças é importante não perdermos de vista a intencionalidade com que a fotografia foi produzida, considerando sua temporalidade e sujeitos históricos envolvidos.

Como bem lembra Bittencourt, “uma foto é sempre produzida com determinada intenção, existem objetivos e há arbitrariedade na captação das imagens” (2008, p.367). Dessa forma, é necessário termos essa clareza ao utilizar a fotografia como fonte histórica, e encaminhar os questionamentos de forma que o aluno perceba que as fotografias serão objetos de estudo e de análises sobre as memórias que se têm “arquivadas” no município e, não meramente ilustrações de conteúdo.

Jacques Le Goff ressalta:

> A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão (2005, p. 471).

Sob esta ótica no Guia Básico de Educação Patrimonial, HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, salientam que,

> A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (1999, p. 6).

4 Visitando museus

Segundo GONÇALVES “Ao visitarmos um museu, mal percebemos a complexidade do sistema de relações sociais e simbólicas que tornaram possível a sua formação e asseguram o seu funcionamento” (2077, p.83).

Considerando esta ótica, após o estudo do patrimônio histórico local, explorado por meio do acervo fotográfico pertencente à Casa da Cultura de Rondon, surgiu a necessidade de oportunizar a verificação da organização e disposição dos objetos em um museu (uma vez que o município não possui nenhum museu), comparando-os com os exibidos na Casa da Cultura de Rondon, a fim de se conhecer na prática, a organização de um museu, quanto às suas exposições, reservas técnicas, funcionamento e outros.

Foi então proposto a realização da “visita de estudos monitorada” aos museus MBP – Museu Bacia do Paraná e ao MUDI – Museu Dinâmico Interativo, ambos localizados na Universidade Estadual de Maringá – UEM.

Esta “visita de estudo monitorada” se pautou em uma pesquisa de campo qualitativa, que visou oportunizar aos alunos (principalmente àqueles que nunca visitaram um museu), para que os conhecesse na prática, reconhecendo-os e valorizando-os como locais para visitas e estudos, voltados para resguardar a história através de seus objetos, seja de forma estática ou dinâmica, contribuindo para o melhor entendimento do presente.

Segundo Triviñus (2006), a análise da pesquisa qualitativa, feita de forma indutiva, busca o conhecimento da "coisa-em-si", para transformá-la em "coisa-para-si", no sentido da superação dos entraves ao avanço; assim, nesta análise dos significados, a busca de seus determinantes, de suas causas das relações situa o objeto estudado num contexto histórico e social que determina, mas que também pode ser determinado pelos sujeitos que ali atuam.

Nessa perspectiva a visita aos museus visou desconstruir a idéia de que o museu deve ser tomado apenas como um espaço de guardar “coisas antigas”.

Para tal, previamente fora discutido o conceito de museu, definido pelo Conselho Internacional de Museus – ICOM, Comitê Brasileiro:

Artigo 6º - O Comitê Brasileiro do ICOM reconhece como museus as instituições permanentes, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, abertas ao público, que façam pesquisas concernentes aos testemunhos do homem e seu meio-ambiente, os adquire, conserva e os expõem com finalidade de estudo, pesquisa, educação, comunicação e preservação da memória da humanidade. (http://www.icom.org.br/Estatuto%20ICOM-BR%20-%20atual.pdf. Acessado em junho de 2010.)

Assim como, a definição proposta pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN/Minc, 2008 :

O museu é uma instituição com personalidade jurídica própria ou vinculada a outra instituição com personalidade jurídica, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e que apresenta as seguintes características:

I - o trabalho permanente com o patrimônio cultural, em suas diversas manifestações;

II - a presença de acervos e exposições colocados a serviço da sociedade com o objetivo de propiciar à ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer;

III - a utilização do patrimônio cultural como recurso educacional, turístico e de inclusão social;

IV - a vocação para a comunicação, a exposição, a documentação, a investigação, a interpretação e a preservação de bens culturais em suas diversas manifestações;

V - a democratização do acesso, uso e produção de bens culturais para a promoção da dignidade da pessoa humana;

VI - a constituição de espaços democráticos e diversificados de relação e mediação cultural, sejam eles físicos ou virtuais.

Sendo assim, são considerados museus, independentemente de sua denominação, as instituições ou processos museológicos que apresentem as características acima indicadas e cumpram as funções museológicas. (http://museus.ibram.gov.br/sbm/oqueemuseu_museusdemu.htm. Acesso em junho de 2010).

Tais definições apresentam algumas concepções que norteiam a “visita de estudo monitorada”, no que diz respeitos aos objetivos propostos.

Para que os objetivos propostos sejam atingidos, Almeida e Vasconcellos no artigo “Por que visitar museus” fazem algumas sugestões aos professores para uma visita planejada aos museus, seguidas neste trabalho, que em linhas gerais consideram:

- Definir os objetivos da visita.
- Visitar a instituição antecipadamente até alcançar uma familiaridade com o espaço a ser trabalhado.
- Preparar os alunos para a visita através de exercícios de observação, estudo de conteúdos e conceitos.
- Coordenar a visita de acordo com os objetivos propostos ou participar de visita monitorada, coordenada por educadores do museu.
- Elaborar formas de dar continuidade à visita quando voltar à sala de aula.
- Avaliar o processo educativo que envolveu a atividade, a fim de aperfeiçoar o planejamento de novas visitas, em seus objetivos e escolhas.

5 Entrelaçando teoria e prática: metodologia e resultados

O objeto de estudo envolvendo a temática “Patrimônio Cultural” foram alunos de séries finais do Ensino Fundamental, da Escola Estadual Almirante Barroso – Ensino Fundamental, do município de Rondon – PR. Como o município não dispõe de nenhum bem patrimonial (material ou imaterial) tombado ou registrado e, tal conteúdo é abordado superficialmente no currículo escolar de tais alunos, decidi inseri-los na discussão, a partir de um questionário investigativo [6], no intuito de identificar os conhecimentos prévios dos mesmos, acerca do tema, assim como iniciar o conteúdo a partir de suas realidades.

Tal questionário fora aplicado no início e final do trabalho, visando colher dados que propiciem mensurarmos a aquisição de conhecimento sobre o tema, após as discussões e aplicação de todas as atividades propostas (teóricas e práticas).

[6] Apêndice 1

Após a sondagem dos pré-requisitos dos alunos, foram trabalhados textos que englobam a temática sobre Patrimônio Cultural, adaptado ao nível educacional dos mesmos, exibidos em slides, produzidos por mim, tendo como embasamento teórico as referências mencionadas ao longo deste. Neste momento foi objetivado discutir os conceitos sobre patrimônio, patrimônio cultural, patrimônio cultural material, imaterial e natural. Assim como, analisar o histórico sobre a discussão acerca do patrimônio cultural. Destacar a importância da UNESCO e do IPHAN no registro do patrimônio cultural. Ressaltar a importância dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal, dos Decretos nº 3551/2000 e nº 5040/2004 e, da Lei Estadual nº 1211/1953, no trato sobre o patrimônio cultural nacional e estadual. E por fim, não menos importante, elencar, com a utilização de imagens e sucinto histórico, a lista do patrimônio cultural material brasileiro – tombados pela UNESCO como patrimônio cultural da humanidade e os patrimônios culturais imateriais reconhecidos até o presente momento.

Em complementação às discussões, foram inseridas atividades lúdicas[7] e exibidos trechos do filme Narradores de Javé[8], no intuito de propiciar através dos recursos audiovisuais, discussões acerca da importância de se registrar o patrimônio cultural de um povo, como forma de resguardar sua história e sua cultura. Também possibilitou a discussão sobre a História, não como verdade pronta e definitiva, mas como uma constante análise e reconstrução, em torno das ações e relações dos sujeitos no tempo e no espaço, tendo como base as diferentes narrativas históricas apresentadas no filme.

Após o entendimento, por parte dos alunos, sobre o conceito de "Patrimônio Cultural – material e imaterial", assim como, o reconhecimento dos mesmos e das Leis que os protegem, fez-se necessário aproximar tal discussão à sua realidade

[7] Apêndice 2

[8] Narradores de Javé. Direção Eliane Caffé. Distribuidora: Lumiére, 2004.

Sumário: Javé é uma localidade fictícia, no sertão nordestino, que está prestes a ser inundada pela construção de uma hidrelétrica. Para alterar a direção dos acontecimentos, seus poucos moradores resolvem escrever a história da cidade, com o objetivo de transformá-la em patrimônio histórico e preservá-la.

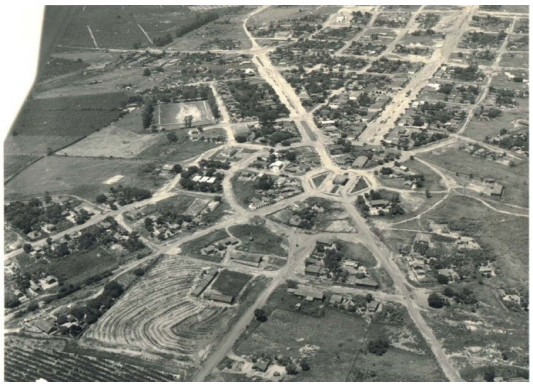
local. A partir desse momento iniciaram-se as atividades com “fotografias de época”, pertencentes ao acervo público da Casa de Cultura de Rondon.

Vale lembrar que Horta, Grunberg e Monteiro, no Guia Básico de Educação Patrimonial, salientam que todos os questionamentos e comparações entre as fotos do passado e a realidade presente devem pautar-se em discussões que consideram a maturidade intelectual e emocional dos educandos, visando alcançar o objetivo da aprendizagem proposta.

Exemplo de algumas fotografias analisadas:

Crescimento urbano do município

Rondon – década de 50



Rondon – década de 80

A análise de tais imagens proporcionou discussões sobre o crescimento urbano nas duas décadas, até a atualidade, como consequências de interesses econômicos e políticos.

Economia cafeeira

Lavoura de café - 1955

Transporte e comércio do café – década de 60

A fotografia demonstrando o desmatamento e o início da lavoura cafeeira, na década de 50, oportunizou várias discussões, como: formação do município em torno dos interesses econômicos da produção de café em âmbitos municipais, regionais e nacionais; uso da mão de obra familiar (proprietários e arrendatários); comparação com a economia cafeeira atual, incluindo a mão de obra empregada no momento; desmatamento e preservação atual das áreas verdes existentes no município asseguradas por lei.

A análise dos meios de transporte proporcionou o entendimento de como ocorria a logística da atividade cafeeira no município, bem como, o uso de carroças como tradicional meio de transporte da época, em contraposição ao uso de automóvel atualmente. A presença de várias pessoas, incluindo crianças ressaltava a “novidade” de se observar vários caminhões, juntos, num mesmo momento, para a entrega do café em uma das cafeeiras do município, demonstrando o volume da colheita naquela época.

A não pavimentação da rua e o poste, ainda sem as fiações necessárias para ligações da energia elétrica, demonstram a falta de infra estrutura municipal, que na época estavam em processo de implantação.

As atuais ruínas de uma cafeeira e de uma madeireira, ainda existentes no município, foram motivos de discussão quanto à preservação, valor histórico e possibilidades de tombamento como patrimônio histórico municipal.

Atividades cívicas e culturais

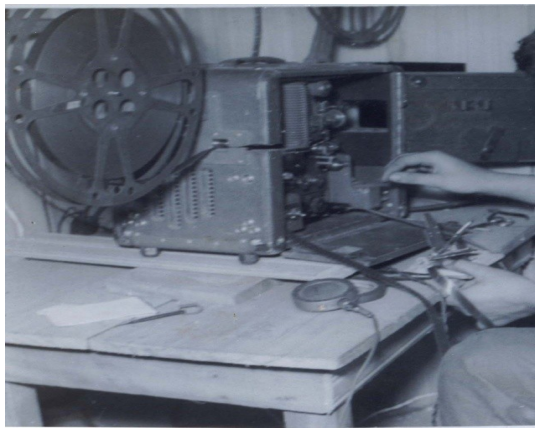
Desfile cívico 7 de setembro de 1962

Dispensa reservista – 1969

Ambas as fotos, que registram as atividades cívicas e culturais no município, na década de 60, nos proporcionaram questionamentos sobre as reais necessidades de realizar tais atividades, como sendo ou não democráticas, uma vez que o Brasil vivenciava a ditadura militar, como forma de governo.

Os automóveis, as vestimentas, as bandeiras, os sujeitos históricos que aparecem nas fotografias, são alvo de questionamentos e comparações com a atualidade. Assim como, a manutenção de tais atividades nos dias atuais.

Primeira fanfarra – aniversário da cidade 1964



Projetor de filmes da década de 70

As fotografias sobre a primeira fanfarra e o projetor de filmes foram elencadas, com o objetivo de discutir tais patrimônios culturais (fanfarra e cinema), que permanecem ativos até o presente momento no município.

Como muitos alunos são integrantes da atual fanfarra e muitos frequentam o cinema (atualmente um dos pontos culturais em maior evidência no município), falar sobre eles, despertou interesse e sentimento de pertença.

O uniforme da fanfarra, os sujeitos sociais que a compunha, os edifícios comerciais, a não pavimentação das ruas, o projetor em desuso, foram alguns apontamentos da discussão oportunizada pela análise crítica de tais imagens.

Vale lembrar que, o diálogo travado entre os alunos (observador) e as fotografias (objeto de estudo) se deu a partir da consideração de que, “uma imagem do passado não é um fragmento dele, é um relato, uma memória. É, portanto uma

intervenção do sujeito, no presente, sobre o passado". (ROCHA JUNIOR, 2007, p. 79).

Assim sendo, Mary Del Priori afirma:

> "(...) uma das qualidades da imagem fotográfica reside precisamente neste poder de evocação, no fato de que ela pode suscitar, naquele que observa o desejo de conhecer mais, de imaginar, de reconstituir interiormente, a partir da visão de um desses momentos, o conjunto de uma vida" (DEL PRIORI, 2008, P. 94, apud, CORREA, 2008).

Desta forma, os objetivos pautados em se conhecer a história de seu povo, através de seu patrimônio histórico, resguardados em fontes fotográficas, assim como, compreender a importância de uma análise crítica sobre fontes fotográficas, foram notadamente alcançados.

Os alunos também elencaram alguns bens imateriais presentes no município, embora não sejam reconhecidos legalmente como tais, são eles: a continuidade de festas religiosas e cívicas, alimentos e artesanatos que tem seu modo de fazer repassados de geração a geração, como por exemplo a típica polenta italiana, o crochê, o tricô, entre outros.

Em continuidade ao trabalho proposto, a próxima etapa foi colocar em prática a viagem de estudos aos museus MPB e MUDI. Em sala de aula, previamente foi discutido o conceito de museu, definido pelo Conselho Internacional de Museus – ICOM, Comitê Brasileiro e, também, a definição proposta pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN/MinC, 2008. Também foi destacada a função pedagógica dos museus, quanto ao resguardo da história e da memória, através de seus objetos e a existência de diferentes tipos de museus, para que os alunos os reconheçam como um espaço social, tanto de visitas populares, quanto de estudos. Em retorno à escola, fazendo uso de fotos e registros escritos, os alunos participaram de uma plenária, com exposição oral, em forma de questionamentos e reflexões, relatando a aprendizagem oportunizada a partir da viagem.

Transcrição de alguns relatos de alunos e alunas que participaram da viagem e da plenária[9]

> Ter a oportunidade de se conhecer um museu na prática foi demais, pois eu pude perceber a diferença entre lá e a Casa da Cultura de Rondon, no que diz respeito ao recebimento, catalogação e armazenamento de seus objetos. Nem se compara aos cuidados que a Casa de Cultura, dispensa às fotografias de seu arquivo. Também foi muito bom conhecer dois museus diferentes, um Histórico, contando a história de Maringá através de fotos e objetos e, outro interdisciplinar, com um pouco de tudo, mas o que eu gostei mesmo foi o Museu Bacia do Paraná, fiquei encantando com a reserva técnica, lá tem umas coisas "muito da hora", nos faz voltar ao passado, é assim que é bom aprender história, parece até as coisas que meu pai e meu avô contam pra gente, sobre suas vidas passadas. Foi demais, uma experiência que deve se repetir mais vezes. Aluno 1.
>
> Nossa, o que eu gostei mesmo foi conhecer o MUDI, aquele museu grandão, que cada sala tem um pouco de conteúdo de cada disciplina, lá se aprende na prática. A sala de História tem muita coisa sobre nosso patrimônio histórico, lá a gente viaja na História, se eu pudesse eu ficava lá mais tempo! Aluno 2
>
> O que eu achei bacana foi a história da casa que abriga o Museu Bacia do Paraná, ela por si só já é um museu, mas conhecer a História de Maringá, explicada pelo funcionário através das fotos e objetos, também foi muito legal, aprendi bastante. Parece até nós lá na Casa da Cultura, estudando a história de Rondon. Vou chamar minha família pra ir lá, porque o moço falou que também abre nos finais de semana, e todos podem ir, a entrada é de graça. Achei muito bacana essa parte, afinal pensava que museu era coisa só de rico, que só madame podia ir, ou então gente idosa, que gosta de ver coisa velha, mas que nada, lá é uma verdadeira aula de História, a gente volta no tempo e aprende mais fácil. Aluno 3

Para finalizar o estudo proposto, foi entregue o mesmo questionário investigativo (em branco) do início do trabalho, o resultado mensurou de forma evidente a melhoria na qualidade das respostas dos alunos, demonstrando a aquisição de conhecimentos quanto ao tema "Patrimônio Cultural"; configurando assim, que os objetivos propostos foram alcançados.

6 Grupo de Trabalho em Rede

[9] Por serem alunos de séries finais do Ensino Fundamentam, todos menores de idade, suas identificações foram mantidas no anonimato, designando-os de alunos 1, 2 e 3.

Contemplando o cumprimento da carga horária das atividades referentes ao Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, além dos trabalhos de intervenção pedagógica junto aos alunos, fora proposto um Grupo de Trabalho em Rede – GTR, entre professores da Rede Estadual de Ensino do Paraná. O GTR esteve sob a coordenação de professores da Secretaria Estadual de Educação – SEED, sendo acompanhado por profissionais do Núcleo Regional de Educação – NRE e tutorado pelo professor PDE

Dezoito profissionais da educação participaram on line de discussões propostas em fóruns, atividades avaliativas, análise de textos e do Plano de Intervenção Pedagógica. A troca de experiências travada através de tais discussões e questionamentos proporcionou que o GTR cumprisse com seu objetivo de propagar a necessidade de abordar o tema "Patrimônio Cultural" em nossas escolas. Como afirma José Manuel Moran:

> Na medida em avançam as tecnologias de comunicação virtual (que conectam pessoas que estão distantes fisicamente como a internet, telecomunicações, videoconferência, redes de alta velocidade) o conceito de presencialidade também se altera. Poderemos ter professores externos... Haverá, assim, um intercâmbio maior de saberes, possibilitando que cada professor colabore com seus conhecimentos, no processo de construção do conhecimento, muitas vezes à distância. www.eca.usp.br/prof/moran/textosead.htm . Acesso em março de 2011.

As questões propostas ao grupo, principalmente nos fóruns, e a troca de experiências profissionais fomentaram discussões que favoreceram a todos na melhoria da prática pedagógica, principalmente no tocante ao tema patrimônio cultural. Tal afirmação pode ser notada no relato escrito, de uma professora participante do GTR, transcrito a seguir:

> A memória coletiva ou individual de um lugar está vinculada a referenciais históricos que a compõem, representados por bens materiais ou imateriais. Referenciais estes que devem ser preservados para que a geração vindoura tenha direito a essa memória.

> Mas como desenvolver em nossos alunos a consciência da preservação do nosso patrimônio histórico e cultural? Temos diante de nós uma geração "imediatizada", que só valoriza o "hoje" o "agora" para a qual o "ontem" já está ultrapassado. A educação patrimonial tem um papel relevante para que o aluno possa perceber a História como algo vivo e dinâmico. A inserção da educação patrimonial nas escolas é um caminho que se abre para essa conscientização. A orientação contida nas Diretrizes Curriculares (DCEs) da disciplina de História com relação à utilização de fontes documentais, não só possibilita a ampliação do pensamento histórico, o conhecimento do trabalho do historiador bem como favorece a consciência de preservação do aluno daquilo que passa a fazer sentido para ele.
>
> É de suma importância que trabalhos sobre educação patrimonial sejam desenvolvidos como forma de despertar nos alunos, indagações sobre os lugares de memória e a importância dos mesmos serem preservados. É através desses trabalhos que se possibilitará ao aluno um novo olhar sobre lugares, objetos, saberes, considerados muitas vezes por eles como ultrapassados. É esse olhar mais apurado que fará com que se sintam como sujeitos integrantes do processo histórico e não apenas expectadores dele.

7 Conclusão

Iniciar a temática sobre "Patrimônio Cultural" para alunos de séries finais do Ensino Fundamental, residentes em um pequeno município paranaense, onde não há nenhum bem patrimonial (material ou imaterial) tombado ou registrado, e que em suas disciplinas escolares, o tema poucas vezes foi superficialmente abordado, seria sem dúvidas ousadia semear uma "sementinha", na esperança de que ela pudesse germinar,crescer e dar frutos.

Conforme afirma Londres:

> (...) quando se trata de um solo "cultivado", que tem cultura inscrita nele, pensar em uma intervenção, mesmo que seja com o objetivo de "preservar o patrimônio", implica em uma reorganização do uso desse solo (LONDRES, 2000, p. 123).

Assim sendo, seria primordial que os alunos que foram meu objeto de estudo, tivessem contato inicial com os conceitos sobre patrimônio cultural material e

imaterial, assim como, propiciar-lhes o reconhecimento dos principais patrimônios brasileiros e paranaenses tombados e registrados como tais.

Suprido as discussões e reflexões deste início, chegara o momento de ampliá-las para a ótica da realidade local. Para tal, utilizando-se de “fotografias de épocas” do arquivo público da Casa de Cultura do município, discutir o conceito de memória e sua preservação foi o “caminho” que os levaram a perceberem que também temos história, que nosso patrimônio cultural municipal, embora não estejam resguardados por leis próprias, existem e estão presentes em nossas construções mais antigas, principalmente as de madeiras, na manutenção de festas religiosas e cívicas, na continuidade da fanfarra municipal e do cinema (apesar dos percalços em mantê-los presente até os dias atuais), na manutenção do uso de alguns alimentos e na forma tradicional de seus preparos, repassados de geração a geração. Ou seja, foi o momento em que os alunos se sentiram como agentes culturais, pertencentes a uma comunidade que lhes é peculiar, despertando entre eles o compromisso da preservação da memória e da cultura local.

Uma vez adquiridos tais conhecimentos, era chegado o momento de inserir nas discussões a importância dos museus, no resguardo do patrimônio cultural. Tais discussões se iniciaram teoricamente em sala de aula, culminando com aula prática, que foi a visita de estudo monitorada aos museus Bacia do Paraná e Museu Dinâmico Interdisciplinar, ambos localizados na Universidade Estadual de Maringá. Foi uma experiência inédita para a grande maioria, uma vez que o município não possui museu e, muitos nunca tiveram a oportunidade, até então, de se conhecer um.

Esta etapa da pesquisa qualitativa veio atender com precisão o seguinte objetivo o reconhecimento do museu como espaço social democrático popular, responsável em resguardar a história e o patrimônio cultural, através de seus objetos e exposições monitoradas.

Para finalizar concluo que os objetivos, de um modo geral, propostos aos alunos que foram o público alvo nesta pesquisa, envolvendo a temática do patrimônio cultural, foram alcançados, pois se tratando de fonte primária de conhecimento proporcionou enriquecimento individual e coletivo, detectado

principalmente nas respostas da plenária e do questionário investigativo que foram respondidos com precisão no final do trabalho proposto.

Embora haja grandes pesquisas propostas por célebres pesquisadores no assunto, penso que esta também servirá de referência na continuidade de futuras discussões envolvendo estes ou outros alunos. Considerando também, os relatos de colegas professores, que participaram do Grupo de Trabalho em Rede (GTR), este auxiliará de embasamento em discussões e reflexões, em outras escolas com realidades distintas ou não, uma vez que tal temática está evidenciada nos dias atuais, atendendo a contemporaneidade dos conteúdos propostos pelas DCEs (Diretrizes Curriculares Estaduais).

Como bem lembra Áurea da Paz Pinheiro:

> É possível afirmar que a Educação Patrimonial estimula e valoriza a apropriação da herança cultural pela sociedade, sendo uma apropriação que orienta a preservação sustentável dos bens, fortalecendo os sentimentos de identidade de cidadania de um povo, de uma nação. O processo educativo, em qualquer área do conhecimento, tem como objetivo proporcionar aos alunos a utilização de capacidades intelectuais para a aquisição e o uso de conceitos e de habilidades, na prática, em sua vida diária e no próprio processo educacional (PINHEIRO, 2010, p. 156).

8 Referências

OBRAS:

ALMEIDA, Adriana Mortara; VASCONCELLOS, Camilo de Mello. **Por que visitar museus**. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo, Contexto, p.104-116, 2005.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes – **Ensino de História:** Fundamentos e Métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

CHOAY, Françoise; tradução Luciano Vieira Machado. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CORREA, Nanci Edilani. **Fotografia e memória: O Acervo do Museu Histórico de Cruzeiro do Oeste Como Instrumento Pedagógico**. Produção Didático-Pedagógica para o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE 2008. Disponível em:http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/24066.pdf?PHPSESSID=2010012208174796. Acesso em maio de 2010.

CORREA, Nanci Edilani e STEINKE Rosana. **O museu histórico da cidade de Cruzeiro do Oeste: uma discussão de história local e educação patrimonial**. Artigo para o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE 2088. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/24068.pdf?PHPSESSID=2010012208174796. Acesso em dezembro de 2010.

DEL PRIORI, Mary. **A fotografia como objeto da memória**. In René Marc da Costa (Org.). Cultura popular e educação: Salto para o Futuro. Brasília, secretaria De Educação à Distância – SEED, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu e PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jahar Editor Ed, 2006.

GOFF, Jacques Le; tradução Bernardo Leitão. **História e Memória.** Campinas: Editora UNICAMP, 2003

HORTA, Maria de Loudes Pereira; GRUNBERG Evelina e MONTEIRO Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Museu Imperial/IPHAN/ MINC, 1999.

LONDRES, Cecília. **Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio**. In: Inventário nacional de referências culturais. Manual de Aplicação. Brasília, DF: IPHAN-Minc, 2000. Disponível em www.**iphan**.gov.br. *Acessado em maio de 201.*

MORAN, José Manuel. **O que é educação à distância**. Disponível em: www.eca.usp.br/prof/moran/textosead.htm . Acesso em março de 2011.

OLIVEIRA, Ana Paula Paulino de. **O Patrimônio Cultural em Âmbito Escolar: Um desafio?** In, IV Congresso Internacional de História, UEM. Maringá: 2009

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, p.128-148, 2005.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação, Superintendência da Educação. **Diretrizes curriculares estaduais para o ensino de História**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2008.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Cultural: Consciência e Preservação.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2009.

PELEGRINI, Sandra C. A. Historiadores Locais: interfaces entre as políticas públicas de preservação do patrimônio imaterial e da cultura material. In **História memória e patrimônio**.(Org.) PRIORI, Angelo. Maringá: Eduem, 2009.

PINHEIRO, Áurea da Paz. **Patrimônio Cultural: memórias, ensino e identidade social**. In Turismo e Patrimônio em tempos de globalização. (Org.) PELEGRINI, Sandra C. A., NAGABE Fabiane e PINHEIRO Áurea da Paz. Editora da FECILCAM, 2010.

SABALLA, Viviane Adriana. **Educação patrimonial: "lugares de memória"**. In: Mouseion -, Revista Eletrônica do Museu e Arquivo Histórico La Selle/Centro Universitário de La Selle. V. 1, 2007. Disponível em: www.unilasalle.edu.br/museu/mouseion. Acesso em junho de 2010.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. **A Educação Patrimonial No Ensino de História.** Rio Grande: Biblos, 2008**.**

TRIVIÑUS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais** – A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2006.

ZANON, Elisa Roberta; MAGALHÃES, Leandro Henrique; BRANCO, Patrícia Martins Castelo. **Educação Patrimonial: Da Teoria à Prática.** Londrina: UNIFIL, 2009.

LEIS:

Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Artigos 215 e 216.

Decreto - Lei nº 3551/2000. Instituiu o Registro de Bens Culturais Imateriais.

Decreto – Lei nº 5040/2004. Instituiu a Criação do Departamento do Patrimônio Imaterial do Iphan.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96. Artigo 26.

Lei Estadual do Paraná nº 1.211/1953 – Instituiu a criação do serviço de conservação e preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural e natural do Paraná

FILME:

Narradores de Javé. Direção Eliane Caffé. Distribuidora: Lumiére, 2004.

Disponível em:http://filmes.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=616. Acesso em dezembro de 2009.

9 Apêndices

Apêndice 1 – Questionário Investigativo:

Para você, qual a diferença entre patrimônio e patrimônio cultural?

Patrimônios que recebem o adjetivo de “históricos”, “naturais”, “arqueológicos” podem ser considerados como patrimônio cultural? Justifique.

Você acredita que é importante preservar coisas ou práticas culturais? Por quê?

As fotografias antigas, chamadas de “fotografias de época” podem ser consideradas documentos históricos? Justifique

Você já ouviu falar em tombamento?

Você já foi a um museu? Se foi, qual a impressão que teve dele(s)?

Para que servem os museus?

Existem museus de diferentes tipos? Você saberia citar alguns?

Apêndice 2: atividades lúdicas

NOME:_____Nº_____SÉRIE_____

CAÇA – PALAVRAS

Encontre e circule, no caça – palavras, as palavras abaixo relacionadas:

PATRIMÔNIO CULTURAL, CULTURA, BENS MATERIAIS, BENS IMATERIAIS, FESTAS, MONUMENTOS, IPHAN, UNESCO, SALVAGUARDAR, TOMBAMENTO.

F	E	U	G	A	V	C	U	L	T	U	R	A	D	W	S	A	C	V	Y
G	E	I	B	N	A	S	L	Ç	Y	H	Q	S	D	V	B	G	T	R	E
S	A	S	L	A	S	C	V	B	N	M	H	G	R	T	F	D	S	A	W
A	J	K	T	A	C	V	B	N	M	H	G	F	S	E	R	T	Y	U	I
L	A	Z	X	S	V	B	E	N	S	I	M	A	T	E	R	I	A	I	S
V	Q	W	E	R	S	T	Y	U	I	O	P	L	Ç	N	B	F	S	E	Q
A	Q	W	E	R	T	Y	U	I	S	O	T	N	E	M	U	N	O	M	V
G	C	V	D	E	R	T	H	A	S	E	R	T	Y	N	M	F	E	R	T
U	A	D	C	V	E	R	T	I	O	P	A	D	F	G	H	E	I	M	A
A	T	V	B	T	E	R	I	A	L	C	U	L	R	G	T	A	D	F	G
R	E	P	A	T	R	I	M	O	N	I	O	C	U	L	T	U	R	A	L
D	A	C	V	E	R	T	Y	U	I	O	V	B	F	R	T	Y	U	I	O
A	C	V	F	R	B	E	N	S	M	A	T	E	R	I	A	I	S	G	B
R	W	F	G	H	J	K	L	Ç	Q	S	Q	E	R	F	B	R	T	Y	U
Q	C	V	Z	D	R	U	R	F	T	G	A	C	V	B	E	W	Q	D	F
M	N	V	R	N	F	E	N	U	S	T	O	M	B	A	M	E	N	T	O
A	D	E	A	V	B	D	R	E	Q	S	D	E	T	R	E	F	G	H	J
P	I	H	T	B	N	M	R	A	S	V	D	E	T	U	I	J	D	A	W
C	P	A	B	N	M	G	H	T	R	C	G	T	H	Y	U	J	B	D	V
I	T	M	A	T	E	R	B	N	C	F	O	N	C	E	K	A	S	C	E

Classifique as imagens abaixo[10], como sendo bem cultural material móvel/tangível, material imóvel/intangível, natural e imaterial

[10] Imagens retiradas do site www.iphan.gov.br. Acesso em maio de 2010.

-